

Demonstrações Financeiras

2016

Banco Cargill S.A.
CNPJ nº 03.609.817/0001-50



Cargill[®]

Banco Cargill

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23

Aos senhores clientes e à sociedade,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do **Banco Cargill S.A.** ("Banco Cargill"), referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2016.

O ano de 2016 mostrou-se emblemático para o Brasil e para o mundo. Iniciamos o ano sob a incerteza política apresentada pela possibilidade de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, fato que se consolidou ao longo dos primeiros meses do ano, afastando-a do comando do executivo no início de maio.

A partir daí, um governo provisório, liderado pelo então vice-presidente Michel Temer, assumiu a gestão do poder executivo trazendo consigo uma equipe de profissionais, conhecidos por suas habilidades técnicas, com a missão de organizar os problemas fiscais e reanimar as fontes de crescimento do PIB.

Durante o ano tivemos grande melhora nas expectativas de inflação, sendo que as projeções para o ano de 2017 e 2018 estão próximas ao centro da meta estabelecida. Isso cria condições para que o Banco Central corte os juros, o que irá ajudar na retomada da economia. Adicionalmente, o mercado do agronegócio continua a se expandir e em grande parte se mostra resiliente aos obstáculos da economia.

Em relação ao cenário global, o ano de 2016 foi importante por revelar uma mudança de tendência geopolítica representada pela saída do Reino Unido da União Europeia em plebiscito e, ao mesmo tempo, pelo processo democrático de eleições nos Estados Unidos, que marcou a mudança de um governo democrata para um republicano já a partir de Janeiro de 2017, através da eleição de Donald Trump.

O Banco Cargill segue confiante com a retomada da economia brasileira e se prepara para possíveis volatilidades nos preços dos ativos, que pode continuar alta nos próximos meses devido a fatores locais e/ou externos.

Desempenho

O Banco Cargill encerrou o exercício de 2016 com R\$ 4.295.862 mil em ativos, valor 4% superior ao apresentado no exercício anterior e a carteira de crédito apresentou pequeno decréscimo de 3% atingindo R\$ 2.798.051 mil. Além disso, encerrou o exercício com prejuízo de R\$ 3.097 mil, gerado principalmente pela provisão para créditos de liquidação duvidosa devido ao cenário econômico adverso. Tais créditos foram renegociados com sucesso e os clientes são constantemente monitorados pelas áreas de crédito e risco e comercial do Banco.

Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, através de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pela credibilidade do grupo em que está inserido e conhecimento do agronegócio.

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. A instituição mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes e políticas do Código de Conduta do Grupo Cargill, um manual baseado em sete Princípios Éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

Sustentabilidade

O amadurecimento do tema da sustentabilidade no Grupo Cargill, representou importante avanço não só para a condução dos negócios, mas para aprimorar o relacionamento com seus públicos. A atuação responsável da Cargill permeia todas as atividades, desde o relacionamento com os produtores rurais até ações no pós-consumo.

Dessa forma, cumpre seu compromisso de alimentar o mundo de maneira segura, saudável e acessível, ao passo em que inspira boas práticas e prospera ao lado de parceiros, clientes e comunidades. Na última década, a evolução do Grupo Cargill no tema tem trazido resultados efetivos na gestão das cadeias produtivas. A atuação do Comitê de Sustentabilidade no Brasil, cuja governança envolve a diretoria e grupos de trabalho, tem sido efetiva na análise e na atuação em temas-chave globais da companhia. Por meio de métricas, protocolos e índices, a Cargill realiza a gestão de dados para uma atuação mais estratégica dos negócios, alinhada com as práticas e compromissos da corporação.

No âmbito social, a Fundação Cargill inovou nas localidades e na causa em que atua. Tendo como foco de atuação a promoção e disseminação de conhecimentos para uma alimentação saudável, segura, sustentável e acessível, desenvolveu 24 iniciativas em 35 cidades do Brasil, que beneficiaram mais de 31 mil pessoas. Os resultados foram obtidos por meio do apoio aos projetos próprios, como o "de grão em grão". Exemplos dessas transformações sociais foram em iniciativas como o fomento a projetos universitários na área de alimentos, em parceria com o Enactus no Prêmio Alimentação em Foco; reduzindo o desperdício de alimentos e promovendo inclusão social durante os jogos Olímpicos e Paraolímpicos em parceria com a Gastromotiva; ou ainda disseminando conhecimentos sobre nutrição, com o aplicativo Nutriquiz.

Valores expressos em milhares de reais

Reorganização societária

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, visando a redução de custos, maior sinergia e maior eficiência operacional o Banco Cargill incorporou a Cargill Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2016.

Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 3.786/09, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais.

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 27 de janeiro de 2017

A Administração

ATIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		3.932.153	3.947.153
Disponibilidades	5	15.577	114.395
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	442.799	205.707
Aplicações no mercado aberto		442.799	205.707
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		624.857	554.960
Carteira própria	7a	278.495	134.293
Vinculados a compromisso de recompra	7a	2.512	-
Vinculados à prestação de garantias	7a	152.434	114.757
Instrumentos financeiros derivativos	7b	191.416	305.910
Operações de crédito		900.924	1.077.704
Operações de crédito - setor privado	8	982.330	1.131.583
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8f	(81.406)	(53.879)
Outros créditos		1.944.958	1.977.154
Carteira de câmbio	9	1.918.813	1.930.707
Diversos	10	62.589	56.656
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8f	(36.444)	(10.209)
Outros valores e bens		3.038	17.233
Despesas antecipadas		3.038	17.233
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		363.393	200.966
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		89.717	53.624
Instrumentos financeiros derivativos	7b	89.717	53.624
Relações interfinanceiras		949	169
Créditos vinculados - Banco Central		949	169
Operações de crédito		207.473	112.573
Operações de crédito - setor privado	8	237.859	115.577
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	8f	(30.386)	(3.004)
Outros créditos		61.244	34.590
Diversos	10	61.244	34.590
Outros valores e bens		4.010	10
Despesas antecipadas		4.010	10
PERMANENTE		316	326
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de uso	11	202	212
Outras imobilizações de uso		522	554
Depreciação acumulada		(320)	(342)
Intangível		113	113
Ativos intangíveis		113	113
TOTAL DO ATIVO		4.295.862	4.148.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		3.289.721	3.346.048
Depósitos	12	567.478	488.208
Depósitos à vista		7.537	154.378
Depósitos a prazo		559.941	333.830
Obrigações por operações compromissadas	13	2.502	–
Carteira própria		2.502	–
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	570.292	515.802
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		570.292	515.802
Relações interdependências	24a	2.961	54.115
Recursos em trânsito de terceiros		2.961	54.115
Obrigações por empréstimos	15	1.497.022	1.826.315
Empréstimos no exterior		1.497.022	1.826.315
Obrigações por repasses do exterior	16	27.157	523
Repasses do exterior		27.157	523
Instrumentos financeiros derivativos	7b	169.524	317.055
Instrumentos financeiros derivativos		169.524	317.055
Outras obrigações		452.785	144.030
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2	–
Carteira de câmbio	9	407.387	103.355
Sociais e estatutárias		–	5.340
Fiscais e previdenciárias	18a	37.591	22.236
Negociação e intermediação de valores	7b	6.450	12.304
Diversas	18b	1.355	795
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		565.819	352.905
Depósitos	12	26.196	–
Depósitos a prazo		26.196	–
Obrigações por repasses do exterior	16	423.683	273.336
Repasses do exterior		423.683	273.336
Instrumentos financeiros derivativos	7b	88.768	50.807
Instrumentos financeiros derivativos		88.768	50.807
Outras obrigações		27.172	28.762
Fiscais e previdenciárias	18a	27.172	28.762
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		440.322	449.492
Capital social	20a	350.558	321.380
De domiciliados no país		–	321.380
De domiciliado no exterior		350.558	–
Reservas de lucros		92.279	128.574
Ajustes de avaliação patrimonial		582	(462)
Prejuízos acumulados		(3.097)	–
TOTAL DO PASSIVO		4.295.862	4.148.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2º semestre	Exercício	
		2016	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		199.069	169.530	913.935
Operações de crédito	22a	93.638	132.327	250.504
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22b	35.797	69.599	46.306
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	22c	(14.136)	(32.396)	18.166
Resultado de operações de câmbio	22f	83.770	-	598.959
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(196.910)	(472.307)	(820.490)
Operações de captação no mercado	22d	(50.466)	(100.508)	(96.679)
Operações de empréstimos e repasses	22e	(71.713)	(112.956)	(672.776)
Resultado de operações de câmbio	22f	-	(153.143)	-
(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	8f	(74.731)	(105.700)	(51.035)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.159	(302.777)	93.445
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(27.356)	271.238	(63.843)
Receitas de prestação de serviços		2	4	6
Despesas de pessoal	22g	(6.429)	(8.723)	(7.395)
Outras despesas administrativas	22h	(4.673)	(10.667)	(9.577)
Despesas tributárias	22i	(6.628)	(14.854)	(18.691)
Outras receitas operacionais	22j	25	375.698	282
Outras despesas operacionais	22k	(9.653)	(70.220)	(28.468)
RESULTADO OPERACIONAL		(25.197)	(31.539)	29.602
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		27	24	(16)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(25.170)	(31.515)	29.586
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17a	25.558	28.418	17.286
Provisão para imposto de renda		(7.137)	(13.102)	(3.088)
Provisão para contribuição social		(5.723)	(10.507)	(3.286)
Ativo fiscal diferido		38.418	52.027	23.660
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		388	(3.097)	46.872
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		(33.000)	(33.000)	(68.000)
QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL		350.557.852	350.557.852	321.379.589
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO NO SEMESTRE/EXERCÍCIOS - R\$1,00		0,00	(0,01)	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015
e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto juros sobre o capital próprio)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	268.920	-	9.123	140.026	(205)	-	417.864
Aumento de capital	-	53.013	-	-	-	-	53.013
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	(257)	-	(257)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	46.872	46.872
Destinações:							
Reservas	-	(553)	2.343	45.082	-	(46.872)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,21 por ação)	-	-	-	(68.000)	-	-	(68.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	268.920	52.460	11.466	117.108	(462)	-	449.492
Saldos de incorporação	-	3.723	-	(3.295)	-	-	428
Aumento de capital	52.460	(27.005)	-	-	-	-	25.455
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	1.044	-	1.044
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(3.097)	(3.097)
Destinações:							
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	(33.000)	-	-	(33.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	321.380	29.178	11.466	80.813	582	(3.097)	440.322
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	321.380	-	11.466	117.108	(323)	(3.485)	446.146
Saldos de incorporação	-	3.723	-	(3.295)	-	-	428
Aumento de capital	-	25.455	-	-	-	-	25.455
Ajustes de avaliação patrimonial (nota 6a)	-	-	-	-	905	-	905
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	388	388
Destinações:							
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,09 por ação)	-	-	-	(33.000)	-	-	(33.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	321.380	29.178	11.466	80.813	582	(3.097)	440.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2º semestre	Exercício	
	2016	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS	289.106	145.857	28.361
Lucro líquido ajustado	49.570	74.233	80.421
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercícios antes do imposto de renda e contribuição social	(25.170)	(31.515)	29.586
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	74.731	105.700	51.035
Reversão para contingências	–	–	(272)
Depreciação	36	72	72
Ganho na alienação de imobilizado	(27)	(27)	–
Baixa por impairment	–	3	–
Variação de ativos e obrigações	239.536	71.624	(52.060)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários	223.538	(104.090)	(359.561)
(Aumento) Redução de operações de crédito	(323.566)	2.415	(305.524)
(Aumento) Redução de outros créditos	(435.439)	35.456	(858.645)
(Aumento) Redução de outros valores e bens	4.573	10.195	(12.451)
Aumento de depósitos	467.361	108.765	310.375
Aumento (Redução) de operações compromissadas	(4.498)	2.502	(144.374)
Aumento de recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	67.312	54.490	89.326
Aumento (Redução) de relações interfinanceiras e interdependências	(164.794)	(51.934)	47.031
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos	23.732	(329.293)	726.780
Aumento de obrigações por repasses	193.302	176.981	114.199
Aumento (Redução) de instrumentos financeiros derivativos	(219.800)	(109.570)	226.999
Aumento de outras obrigações	415.125	288.495	129.369
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.310)	(12.788)	(15.584)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	38	(38)	–
Alienação de imobilizado de uso	38	38	–
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	–	(76)	–
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(7.545)	(7.545)	(15.546)
Dividendos pagos	(7.545)	(7.545)	(15.546)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	281.599	138.274	12.815
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	176.777	320.102	307.287
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	458.376	458.376	320.102
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	281.599	138.274	12.815

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS De 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Em milhares de reais - R\$

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento e de câmbio.

2. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

a) Incorporação da Cargill Participações Ltda. pelo Banco Cargill S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada e aprovada a reestruturação societária nos termos do "Protocolo e Justificação da Incorporação da Cargill Participações Ltda. ("CARPA") pelo Banco Cargill S.A.", declarando efetiva a Incorporação. Como consequência, o acionista da CARPA recebeu ações de emissão do Banco, passando o Banco à condição de sucessor de todos os seus bens, direitos e obrigações da CARPA.

b) Motivos e Benefícios da Incorporação

A reorganização societária que envolve a incorporação da CARPA pelo Banco integra um projeto de reestruturação que tem como objetivo central reduzir os custos operacionais das sociedades envolvidas, propiciando o melhor aproveitamento de sinergias e permitindo uma maior eficiência operacional, administrativa e financeira através da economia de escala. Esta reorganização torna-se conveniente levando-se em consideração os custos sempre crescentes de se manter duas estruturas societárias distintas. Desta forma, a incorporação da CARPA pelo Banco atenderá aos interesses das sociedades e dos respectivos sócios.

c) Variações Patrimoniais

A incorporação foi realizada por meio da transferência do acervo líquido contábil da CARPA para o patrimônio do Banco, com base na avaliação do patrimônio líquido pelo valor contábil, conforme laudo de avaliação elaborado pela KPMG Auditores Independentes em 31 de dezembro de 2016.

Os saldos de contas ativas e passivas da CARPA passaram aos livros contábeis do Banco. A CARPA adotava a mesma prática contábil descrita na nota explicativa 4k, e não havia passivos não contabilizados em seus livros assumidos pelo Banco, em razão da reestruturação societária.

O Balanço Patrimonial da CARPA incorporado em 31 de dezembro de 2016 era demonstrado conforme abaixo. No processo de incorporação a participação societária, bem como as operações entre o Banco e a CARPA foram eliminadas.

Cargill Participações Ltda.

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	8.251	Passivo Circulante	7.823
Disponibilidades	3.299	Outras Obrigações	7.823
Outros Créditos	4.952		
Permanente	439.894	Patrimônio Líquido	440.322
Total Ativo	448.145	Total Passivo	448.145

d) Aumento do Capital Social e Patrimônio Líquido

Como resultado da reestruturação, o capital social do Banco aumentou em R\$ 3.723, totalizando R\$ 350.558 e o valor total incorporado ao patrimônio líquido foi de R\$ 428, totalizando R\$ 440.322.

3. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis.

As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 27 de janeiro de 2017.

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento inferior a 90 dias na data da aplicação.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados divulgados pela BM&FBOVESPA. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

(f) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anteriormente referida.

(g) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(h) Permanente

É demonstrado considerando os seguintes aspectos:

- Outros investimentos são demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando a vida útil e econômica dos bens.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

Em milhares de reais - R\$

(k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Provisões - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes - Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação.
- Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas.
- Obrigações legais - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

(l) Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco.

(m) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões, avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades	15.577	114.395
Aplicações no mercado aberto (nota 6)	442.799	205.707
Total de caixa e equivalentes de caixa	458.376	320.102

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Papel/vencimento	2016	2015
	Até 90 dias	Até 90 dias
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	442.799	205.707

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e as ações de companhias abertas estão custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

O Banco adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi classificada na categoria "disponível para venda" e estava apresentada como segue:

Papel/vencimento	2016						
	Valor de mercado					Valor de curva	Ajuste a mercado
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total		
Carteira própria							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	149.924	113.451	14.955	278.330	278.239	91
Ações de companhias abertas	165	-	-	-	165	10	155
	165	149.924	113.451	14.955	278.495	278.249	246
Vinculados a compromisso de recompra							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	2.512	2.512	2.495	17
Vinculados à prestação de garantias							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	31.999	120.435	152.434	151.637	797
	165	149.924	145.450	137.902	433.441	432.381	1.060

Papel/vencimento	Valor de mercado					Valor de curva	Ajuste a mercado
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total		
	2015						
Carteira Própria							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	23.172	40.566	70.446	134.184	135.095	(911)
Ações de companhias abertas	109	-	-	-	109	10	99
	109	23.172	40.566	70.446	134.293	135.105	(812)
Vinculados à prestação de garantias							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	56.073	58.684	114.757	114.785	(28)
	109	23.172	96.639	129.130	249.050	249.890	(840)

O ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foi um ganho de R\$ 1.060 (perda de R\$ 840 em 2015), e é registrado em conta destacada do patrimônio líquido no montante de R\$ 582 de ganho (perda de R\$ 462 em 2015), líquidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as ações de companhias abertas são compostas por 10.000 ações da BM&FBOVESPA.

(b) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Política de utilização

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

(ii) Objetivos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, libor, real e CDI).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&FBOVESPA, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários e contratos de balcão registrados na CETIP S.A., também avaliados pelo valor de mercado.

(iii) Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível.

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

(iv) Portfólio de derivativos

• Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
	2016				
Posição ativa:					
Swap	36.671	12.162	3.103	14.444	66.380
Contratos a termo	15.413	70.567	14.215	75.273	175.468
Opções	37.936	-	-	-	37.936
Outros derivativos	1.349	-	-	-	1.349
	91.369	82.729	17.318	89.717	281.133
Posição passiva:					
Swap	36.282	12.162	3.103	14.193	65.740
Contratos a termo	18.015	82.147	12.697	74.575	187.434
Opções	5.118	-	-	-	5.118
	59.415	94.309	15.800	88.768	258.292

Em milhares de reais - R\$

	2015				
	Valor de Mercado				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:					
Swap	24.473	14.264	17.446	46.781	102.964
Contratos a termo	64.175	134.523	51.029	6.843	256.570
	<u>88.648</u>	<u>148.787</u>	<u>68.475</u>	<u>53.624</u>	<u>359.534</u>
Posição passiva:					
Swap	20.368	14.264	14.763	44.201	93.596
Contratos a termo	72.810	143.254	49.670	6.606	272.340
Opções	861	-	1.065	-	1.926
	<u>94.039</u>	<u>157.518</u>	<u>65.498</u>	<u>50.807</u>	<u>367.862</u>

• **Contratos de Swap**

Indexador	2016					
	Valor de referência	Valor de mercado				Ganho (Perda)
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva	
Dólar x CDI	276.580	262.869	314.417	(51.548)	(48.938)	(2.610)
CDI x Dólar	276.580	314.787	262.851	51.936	49.295	2.641
Libor x CDI	235.892	255.707	249.065	6.642	(4.558)	11.200
CDI x Libor	235.892	249.317	255.707	(6.390)	4.811	(11.201)
	<u>1.024.944</u>	<u>1.082.680</u>	<u>1.082.040</u>	<u>640</u>	<u>610</u>	<u>30</u>

Indexador	2015					
	Valor de referência	Valor de mercado				Ganho (Perda)
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	Valor de curva	
Dólar x CDI	349.427	429.121	380.042	49.079	44.016	5.063
CDI x Dólar	349.426	380.392	429.120	(48.728)	(43.850)	(4.878)
Libor x CDI	257.613	337.915	292.453	45.462	46.352	(890)
CDI x Libor	257.613	295.034	337.915	(42.881)	(46.091)	3.210
Dólar x Pré	75.880	8.066	1.630	6.436	-	6.436
	<u>1.289.959</u>	<u>1.450.528</u>	<u>1.441.160</u>	<u>9.368</u>	<u>427</u>	<u>8.941</u>

Os contratos de Swap são negociados em Balcão e registrados na CETIP S.A.

• **Contratos de operações a termo**

Tipo	2016				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	1.570.215	742	186.259	(185.517)	(300.722)
Venda - Dólar	1.092.965	174.726	1.175	173.551	280.726
	<u>2.663.180</u>	<u>175.468</u>	<u>187.434</u>	<u>(11.966)</u>	<u>(19.996)</u>

Tipo	2015				
	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado			Valor de curva
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição líquida	
Compra - Dólar	2.416.841	251.797	2.939	248.858	153.196
Venda - Dólar	2.152.323	4.773	269.401	(264.628)	(186.639)
	<u>4.569.164</u>	<u>256.570</u>	<u>272.340</u>	<u>(15.770)</u>	<u>(33.443)</u>

Os contratos de operações a termo são negociados em Balcão e registrados na CETIP S.A.

• **Contratos de opções**

	Contraparte	Local de negociação	Valor de referência	Valor do prêmio	2016	
					Valor de mercado	Ganho (Perda)
Compra de Opção de Venda - Dólar	BM&FBOVESPA	Bolsa	693.850	17.367	37.936	20.569
Venda de Opção de Compra - Dólar	BM&FBOVESPA	Bolsa	693.850	(16.565)	(5.118)	11.447
			<u>1.387.700</u>	<u>802</u>	<u>32.818</u>	<u>32.016</u>

2015						
	Contraparte	Local de negociação	Valor de referência	Valor do prêmio	Valor de mercado	Ganho (Perda)
Venda de Opção de Compra - Dólar	CETIP	Balcão	4.250	(856)	(1.926)	(1.070)

• Contratos futuros

2016					
Tipo	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	-	-	-	1.397	1.397
Venda DI1	587.608	289.293	363.453	77.913	1.318.267
Cupom cambial:					
Compra DDI	339.648	-	-	-	339.648
Venda DDI	356.510	-	70.667	-	427.177
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	694.402	-	-	-	694.402
	<u>1.978.168</u>	<u>289.293</u>	<u>434.120</u>	<u>79.310</u>	<u>2.780.891</u>

2015					
Tipo	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	-	-	27.316	-	27.316
Venda DI1	51.446	510.574	519.454	69.988	1.151.462
Cupom cambial:					
Compra DDI	27.305	101.882	9.578	-	138.765
Venda DDI	9.890	-	83.022	-	92.912
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	472.481	-	-	-	472.481
Venda DOL	754.447	-	-	-	754.447
	<u>1.315.569</u>	<u>612.456</u>	<u>639.370</u>	<u>69.988</u>	<u>2.637.383</u>

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na BM&FBovespa. O valor do ajuste a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 6.450 (ajuste a pagar de R\$ 12.304 em 2015), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

• Outros derivativos

2016				
Tipo	Valor financeiro do contrato	Valor de mercado		
		Valores a receber	Posição líquida	Valor de Curva
Venda - Dólar	421.895	1.349	1.349	11.573

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
(a) Por tipo de operação

Descrição	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.575.874	56,32	1.618.131	56,01
Financiamentos à exportação	1.129.194	40,36	1.146.875	39,69
Empréstimos	90.995	3,25	100.285	3,47
Outros	1.988	0,07	24.007	0,83
	<u>2.798.051</u>	<u>100,00</u>	<u>2.889.298</u>	<u>100,00</u>
Operações de crédito - Circulante	982.330	35,11	1.131.583	39,16
Operações de crédito - Longo prazo	237.859	8,50	115.577	4,00
Carteira de câmbio - Circulante	1.575.874	56,32	1.618.131	56,01
Outros Créditos - Circulante	1.988	0,07	24.007	0,83

Em milhares de reais - R\$

(b) Por vencimento

Descrição	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	23.460	0,84	67.469	2,34
A vencer até 3 meses	413.787	14,79	371.141	12,84
A vencer de 3 a 12 meses	2.122.945	75,87	2.335.111	80,82
A vencer de 1 a 3 anos	200.254	7,16	115.577	4,00
A vencer de 3 a 5 anos	37.605	1,34	—	—
	<u>2.798.051</u>	<u>100,00</u>	<u>2.889.298</u>	<u>100,00</u>

(c) Por setor de atividade

Descrição	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	1.410.819	50,42	1.487.854	51,50
Indústria	502.093	17,95	686.519	23,76
Comércio	311.465	11,13	424.766	14,70
Outros serviços	573.674	20,50	290.159	10,04
	<u>2.798.051</u>	<u>100,00</u>	<u>2.889.298</u>	<u>100,00</u>

(d) Operações ativas vinculadas

O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% entre as taxas de captação e as taxas das operações ativas vinculadas, em cada operação. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	2016	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.464.071	—
Operações de crédito - Empréstimos	40.064	—
Empréstimos no exterior - Exportação	—	1.418.873
CDB - Vinculado	—	15.076
	<u>1.504.135</u>	<u>1.433.949</u>

Descrição	2015	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.618.131	—
Empréstimos no exterior - Exportação	—	1.824.167
	<u>1.618.131</u>	<u>1.824.167</u>

(e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	2016				Valor da Provisão
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	
AA	1.243.823	—	1.243.823	44,45	—
A	1.041.290	—	1.041.290	37,21	5.206
B	56.655	64	56.719	2,03	567
C	32.162	—	32.162	1,15	965
D	91.282	352	91.634	3,27	9.164
E	201.566	6.202	207.768	7,43	62.330
F	107.813	1.489	109.302	3,91	54.651
H	—	15.353	15.353	0,55	15.353
	<u>2.774.591</u>	<u>23.460</u>	<u>2.798.051</u>	<u>100,00</u>	<u>148.236</u>

Nível	2015				Valor da Provisão
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	%	
AA	1.362.781	—	1.362.781	47,17	—
A	1.278.444	—	1.278.444	44,25	6.392
B	73.255	8.678	81.933	2,84	819
C	26.709	—	26.709	0,92	801
D	4.085	—	4.085	0,14	409
E	54.505	38.146	92.651	3,20	27.795
F	17.932	5.706	23.638	0,82	11.819
H	4.118	14.939	19.057	0,66	19.057
	<u>2.821.829</u>	<u>67.469</u>	<u>2.889.298</u>	<u>100,00</u>	<u>67.092</u>

(f) Movimentação da provisão para operações de crédito

Descrição	2016	2015
Saldo inicial	67.092	16.057
Constituição	125.052	58.412
Reversão	(19.352)	(7.377)
Baixa para prejuízo	(24.556)	–
Saldo final	<u>148.236</u>	<u>67.092</u>
Operações de crédito - Circulante	81.406	53.879
Operações de crédito - Longo prazo	30.386	3.004
Outros créditos - Circulante	36.444	10.209

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram recuperados R\$ 1.147 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 126 em 2015), e renegociados créditos no montante de R\$ 280.311 (R\$ 61.845 em 2015).

9. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	2016	
	Outros Créditos	Outras Obrigações
Câmbio comprado a liquidar	1.461.261	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	38.592	–
Direito sobre venda de câmbio	418.960	–
Câmbio vendido a liquidar	–	407.387
Obrigações por compra de câmbio	–	1.537.282
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(1.537.282)
Circulante	<u>1.918.813</u>	<u>407.387</u>

Descrição	2015	
	Outros Créditos	Outras Obrigações
Câmbio comprado a liquidar	1.809.460	–
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	40.807	–
Direito sobre venda de câmbio	80.440	–
Câmbio vendido a liquidar	–	79.002
Obrigações por compra de câmbio	–	1.601.677
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	–	(1.577.324)
Circulante	<u>1.930.707</u>	<u>103.355</u>

Em 2016 o Banco operou com contratos interbancários para liquidação futura. Estas operações foram tratadas como derivativos (venda a termo), mensuradas por seu valor de mercado e estão assim registradas:

Descrição	2016
Direito sobre venda de câmbio - Interbancário Futuro	417.750
Direito sobre venda de câmbio - Prêmio	1.210
Câmbio vendido a liquidar - Interbancário Futuro	(407.387)
Carteira de Câmbio	11.573
Outros Derivativos - Ajuste a mercado positivo	(10.224)
Total	<u>1.349</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as receitas apropriadas do prêmio foram de R\$ 1.210 e os ajustes a valor de mercado foram R\$ 10.224, registrados nas rubricas Resultado de operações de câmbio e Resultado com instrumentos financeiros derivativos, respectivamente.

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Descrição	2016	2015
Devedores por depósitos em garantia (nota 19a)	27.172	27.172
Créditos tributários (nota 17c)	88.778	36.680
Títulos e créditos a receber (nota 8a)	1.988	24.007
Impostos e contribuições a compensar	5.588	3.373
Adiantamentos e antecipações salariais	22	14
Outros	285	–
	<u>123.833</u>	<u>91.246</u>
Circulante	62.589	56.656
Longo prazo	61.244	34.590

11. IMOBILIZADO

Descrição	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	2016	2015
				Valor líquido	Valor líquido
Móveis e equipamentos de uso	10	13	13	–	3
Sistema de processamento de dados	20	166	163	3	6
Sistema de transporte	20	343	144	199	203
		<u>522</u>	<u>320</u>	<u>202</u>	<u>212</u>

Em milhares de reais - R\$

12. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	2016					Total
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Depósitos a prazo de 91 a 180 dias	Depósitos a prazo de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Sociedades ligadas	6.943	7.904	474.252	77.785	26.196	593.080
Indústria e serviços	223	-	-	-	-	223
Pessoas físicas	371	-	-	-	-	371
	<u>7.537</u>	<u>7.904</u>	<u>474.252</u>	<u>77.785</u>	<u>26.196</u>	<u>593.674</u>

Segmento de mercado	2015					Total
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Depósitos a prazo de 91 a 180 dias	Depósitos a prazo de 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Sociedades ligadas	132.957	61.093	68.643	159.838	-	422.531
Indústria, comércio e serviços	15.943	19.140	22.037	3.079	-	60.199
Pessoas físicas	5.478	-	-	-	-	5.478
	<u>154.378</u>	<u>80.233</u>	<u>90.680</u>	<u>162.917</u>	<u>-</u>	<u>488.208</u>

13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Carteira própria	2016
	Até 90 dias
Letras do Tesouro Nacional - LTN	<u>2.502</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco não possuía operações no mercado aberto.

14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Título emitido	2016		
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Total
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	<u>104.694</u>	<u>465.598</u>	<u>570.292</u>

Título emitido	2015			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	<u>85.383</u>	<u>359.497</u>	<u>70.922</u>	<u>515.802</u>

Letras de Crédito do Agronegócio referem-se à captação com taxa de juros pós-fixado de 87% a 92% da variação do DI (89% a 95% em 2015) e taxa de juros pré-fixado de 11,9% a 11,93% (13,9% a 15,1% em 2015).

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	2016			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	<u>315.945</u>	<u>316.397</u>	<u>864.680</u>	<u>1.497.022</u>

Obrigações em moeda estrangeira	2015			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	<u>361.816</u>	<u>353.188</u>	<u>1.111.311</u>	<u>1.826.315</u>

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial e taxas de juros de 1,84% a.a. a 9% a.a. (1,12% a.a. a 9% a.a. em 2015).

16. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	2016			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repases do exterior	<u>12.597</u>	<u>14.560</u>	<u>423.683</u>	<u>450.840</u>

Obrigações em moeda estrangeira	2015		
	De 91 a 180 dias	Acima de 360 dias	Total
Repases do exterior	<u>523</u>	<u>273.336</u>	<u>273.859</u>

Obrigações por repases do exterior referem-se a captações com variação cambial e taxas de juros de 1,83% a.a. a 1,89% a.a. (1,19% a.a. em 2015).

17. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS
(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Descrição	2016	2015
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL) e Juros sobre o Capital Próprio	(31.515)	29.586
Juros sobre o Capital Próprio	(33.000)	(68.000)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(64.515)	(38.414)
Receitas e Despesas tributáveis de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente - 45% (40% até Agosto/15)	29.032	19.202
CSLL base negativa de setembro/15 a dezembro/15	-	(3.471)
Impacto do aumento da alíquota da CSLL s/a base do diferido de agosto/15	-	1.582
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	(650)	(63)
Outros	36	36
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	<u>28.418</u>	<u>17.286</u>

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos e passivos fiscais correspondentes.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/06 e CMN nº 4.192/13, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/15.

(b) Passivo fiscal diferido

Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/12/2016
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	44	462	(29)	477
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	<u>12.701</u>	<u>50.639</u>	<u>(44.699)</u>	<u>18.641</u>
Total	<u>12.745</u>	<u>51.101</u>	<u>(44.728)</u>	<u>19.118</u>

(c) Ativo fiscal diferido
• Natureza e origem dos créditos tributários

Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.191	56.273	(19.758)	66.706
Operações de créditos em prejuízo	-	11.050	-	11.050
Ajuste a valor de mercado de títulos públicos	423	-	(423)	-
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	4.956	-	4.956
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	<u>6.066</u>	-	-	<u>6.066</u>
Total dos créditos registrados	<u>36.680</u>	<u>72.279</u>	<u>(20.181)</u>	<u>88.778</u>

• Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	30.392	24.314	54.706
Até 2 anos	8.091	6.473	14.564
Até 3 anos	5.590	4.472	10.062
Até 4 anos	1.869	1.495	3.364
Até 5 anos	9	7	16
Acima de 5 anos	<u>6.066</u>	-	<u>6.066</u>
Total	<u>52.017</u>	<u>36.761</u>	<u>88.778</u>

• Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 78.115 (R\$ 29.307 em 2015), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e trazido a valor presente pela taxa SELIC.

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES
(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2016	2015
Provisão para riscos fiscais (nota 19a)	27.172	27.172
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 17b)	19.118	12.745
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	12.972	10.959
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	5.374	-
Impostos e contribuições sobre salários	<u>127</u>	<u>122</u>
	<u>64.763</u>	<u>50.998</u>
Circulante	37.591	22.236
Longo prazo	27.172	28.762

Em milhares de reais - R\$

(b) Diversas			
Descrição		2016	2015
Valores a pagar por prestação de serviços (nota 21)		453	71
Despesas de pessoal		393	330
Fundo Garantidor de Crédito - FGC		269	219
Publicações		89	90
Processamento de dados		16	14
Outros		135	71
Circulante		<u>1.355</u>	<u>795</u>

19. PROVISÕES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTINGÊNCIAS

(a) Provisões constituídas e respectivas movimentações nos exercícios de 2016 e de 2015

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 4k.

Descrição	2016	2015
Saldo da provisão no início do exercício	27.172	27.444
Reversão	—	(272)
Saldo da provisão no fim do exercício	<u>27.172</u>	<u>27.172</u>

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data base julho de 2005. Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2016 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 23.192 em 2015).

O Banco obteve sentença favorável em 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve a decisão de 1ª instância, afastando a base de cálculo do PIS e da COFINS previstos na Lei nº 9.718/98 e determinando o recolhimento destas contribuições com base na Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91. A decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região transitou em julgado em 22/01/2013. Em 25/11/2013, após os autos retornarem à origem, o Banco apresentou petição requerendo o levantamento integral dos depósitos judiciais efetuados, o que foi negado pelo juiz. Da decisão que indeferiu o pedido, o Banco ingressou com recurso e aguarda decisão judicial definitiva quanto à autorização para levantamento do montante depositado.

O Banco questiona também a incidência da contribuição ao FGTS e ao INSS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Ainda em relação à contribuição ao FGTS, o Banco questiona o aumento da alíquota instituído pela Lei Complementar nº 110/01. No exercício de 2016 as provisões totalizaram R\$ 1.070 (R\$ 1.070 em 2015).

O Banco questiona o aumento da alíquota da CSLL de 9% para 15% ocorrida a partir de maio de 2008. Os valores questionados referentes aos exercícios de 2009 e de 2010, base lucro real, e de 2011, base lucro por estimativa, estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2016 as provisões totalizaram R\$ 2.910 (R\$ 2.910 em 2015).

Os valores de provisão de natureza fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Depósitos judiciais		Valores provisionados	
	2016	2015	2016	2015
CSLL	2.910	2.910	2.910	2.910
PIS	3.237	3.237	3.237	3.237
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
FGTS	260	260	260	260
INSS	810	810	810	810
	<u>27.172</u>	<u>27.172</u>	<u>27.172</u>	<u>27.172</u>

(b) Contingências possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão:

- PIS/COFINS Lei nº 9.718/98: autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R\$ 11.698 (R\$ 16.606 em 2015). A redução do valor em relação a 2015 deve-se a reavaliação dos juros e a decisão de cancelando de parte dos débitos.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito, está representado por 350.557.852 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2016 foi aprovado a incorporação da Cargill Participação Ltda., e deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 3.723, com emissão de 3.722.888 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2016 foi deliberado aumento de capital no montante de R\$ 25.455 com emissão de 25.455.375 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2015 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 52.460, com emissão de 52.460.000 ações ordinárias nominativas, homologado pelo Banco Central em 26 de abril de 2016.

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

(c) Juros sobre o capital próprio

Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2016, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 33.000, reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 14.850. Conforme Assembleia Geral Extraordinária em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 68.000, reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 30.600.

(d) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(e) Reserva estatutária

O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado à reserva estatutária.

(f) Reorganização societária

Como consequência da reestruturação societária mencionada na nota explicativa nº 2, o Patrimônio Líquido do Banco teve um incremento de R\$ 428, encerrando o exercício de 2016 em R\$ 440.322.

21. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o Banco mantém ou manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas:

Depósitos à vista: Cargill Agrícola S.A., TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., Cargill Agro Ltda., Cargill Participações Ltda., Cargill Brasil Participações Ltda., Fundação Cargill, Central Energética Vale do Sapucaí Ltda., Cargill Comercializadora de Energia Ltda., Casa & BSL Ltda., SJC Bioenergia S.A. e TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda.

Depósitos a prazo: Cargill Agrícola S.A., Cargill Agro Ltda., Cargill Alimentos Ltda., Fundação Cargill e SJC Bioenergia S.A.

Obrigações por empréstimos: Cargill Global Funding PLC e Cargill Financial Services International Inc.

Obrigações por repasses do exterior: Cargill Financial Services International Inc.

Operações a termo: Cargill Agrícola S.A., TEG - Terminal Exportador do Guarujá Ltda., Cargill Alimentos Ltda., SJC Bioenergia S.A. e Central Energética Vale do Sapucaí Ltda.

Valores a pagar/serviços técnicos especializados: Cargill Agrícola S.A.

Os valores apurados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram:

Descrição	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos à vista	(6.943)	(132.957)	-	-
Depósitos a prazo	(586.137)	(289.574)	(8.744)	(9.123)
Obrigações por empréstimos	(1.497.022)	(1.826.315)	(105.201)	(593.639)
Obrigações por repasses do exterior	(450.840)	(273.859)	(7.755)	(79.137)
Operações a termo	(52.176)	(15.351)	(195.908)	(54.203)
Valores a pagar/serviços técnicos especializados	(453)	(71)	(3.557)	(4.365)

22. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
(a) Operações de crédito

Descrição	2º semestre	2016	2015
Rendas de financiamentos a exportação	84.556	112.625	226.813
Rendas de empréstimos	9.082	19.557	23.565
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	-	145	126
	<u>93.638</u>	<u>132.327</u>	<u>250.504</u>

(b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre	2016	2015
Títulos de renda fixa	19.307	40.177	24.311
Aplicações interfinanceiras de liquidez	16.490	29.422	21.995
	<u>35.797</u>	<u>69.599</u>	<u>46.306</u>

(c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2º semestre	2016	2015
Contratos futuros	(38.536)	142.881	42.773
Contratos de opções	42.518	92.269	7.605
Outros derivativos	1.349	1.349	-
Swap	(901)	(5.333)	(23.278)
Contratos de operações a termo	(18.566)	(263.562)	(8.934)
	<u>(14.136)</u>	<u>(32.396)</u>	<u>18.166</u>

(d) Operações de captação no mercado

Descrição	2º semestre	2016	2015
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	34.055	67.631	22.158
Depósito a prazo - CDB	15.689	31.517	35.251
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	685	1.300	755
Operações compromissadas - carteira própria	37	60	38.191
Depósitos interfinanceiros	-	-	324
	<u>50.466</u>	<u>100.508</u>	<u>96.679</u>

Em milhares de reais - R\$

(e) Operações de empréstimos e repasses			
Descrição	2º semestre	2016	2015
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	65.950	105.201	593.639
Despesas com repasses do exterior	5.763	7.755	79.137
	<u>71.713</u>	<u>112.956</u>	<u>672.776</u>
(f) Resultado de operações de câmbio			
Descrição	2º semestre	2016	2015
Resultado com variação cambial	33.661	(245.063)	494.742
Resultado de operações de câmbio	47.304	87.511	104.667
Outros	2.805	4.409	(450)
	<u>83.770</u>	<u>(153.143)</u>	<u>598.959</u>
(g) Despesas de pessoal			
Descrição	2º semestre	2016	2015
Proventos	5.940	7.557	6.236
Encargos sociais	390	955	948
Benefícios	89	193	191
Outros	10	18	20
	<u>6.429</u>	<u>8.723</u>	<u>7.395</u>
(h) Outras despesas administrativas			
Descrição	2º semestre	2016	2015
Serviços técnicos especializados	2.243	4.419	4.871
Serviços do sistema financeiro	714	1.747	1.367
Processamento de dados	873	1.706	1.579
Contribuições e Doações	10	1.439	974
Emolumentos judiciais e cartorários	307	388	71
Contribuição entidades de classe	81	154	139
Publicações	55	117	121
Aluguel	61	112	101
Contribuição sindical patronal	-	86	85
Viagens	35	80	79
Depreciações	36	72	72
Outros	258	347	118
	<u>4.673</u>	<u>10.667</u>	<u>9.577</u>
(i) Despesas tributárias			
Descrição	2º semestre	2016	2015
Contribuição à COFINS	5.011	8.440	6.315
Contribuição ao PIS	839	3.131	5.701
CIDE	497	2.119	4.328
ISS	249	1.059	2.184
Outros	32	105	163
	<u>6.628</u>	<u>14.854</u>	<u>18.691</u>
(j) Outras receitas operacionais			
Descrição	2º semestre	2016	2015
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	-	374.182	-
Reversão de provisões operacionais	-	-	274
Outros	25	1.516	8
	<u>25</u>	<u>375.698</u>	<u>282</u>
(k) Outras despesas operacionais			
Descrição	2º semestre	2016	2015
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	-	39.257	-
Despesas de comissões	9.110	30.146	27.279
Descontos concedidos em operações de créditos	506	604	712
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	15	105	308
Outros	22	108	169
	<u>9.653</u>	<u>70.220</u>	<u>28.468</u>

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a) Governança corporativa

A Administração do Banco adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base o seu conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas.

(b) Risco de crédito

O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por todas as áreas (Crédito, Comercial e Pós-Venda), tendo-se como base a política de crédito e os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito.

A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas.

(c) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 3.464/07, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da alta Administração. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e subordinada ao Presidente do Banco e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de risco de mercado.

(d) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes a sua atividade e de continuidade dos negócios.

Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nºs 4.193/13 e 4.192/13 e Circular BACEN nº 3.640/13.

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez, além de projeções e análises de cenários de *stress*.

A política e os procedimentos adotados pelo Banco proveem um sistema de controles estruturado, capaz de identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados ao risco de liquidez, que são periodicamente reavaliados, a fim de mantê-los sempre atualizados e compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos e serviços prestados pelo Banco.

(f) Gestão de capital

O gerenciamento ou gestão de capital engloba um conjunto de atividades (processo) permanentes e dirigidas ao monitoramento e controle dos níveis de capital exigidos, para suportar as metas e estratégias planejadas para o desenvolvimento do Banco, considerando, inclusive, a cobertura de riscos aos quais a Instituição estará exposta.

A Alta Administração do Banco Cargill deve garantir a instalação do processo de gerenciamento de capital na Instituição, considerando também o monitoramento conjunto dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, legais e de imagem da Instituição de forma a subsidiar o processo decisório do Banco.

(g) Índice de Basileia

Descrição	2016	2015
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.678.951	2.793.005
Patrimônio de Referência (PR)	440.322	449.492
Patrimônio de Referência mínimo para RBAN e RWA	270.716	314.531
Valor total da parcela RBAN	6.169	7.300
Valor da Margem sobre PR (considerando RBAN)	169.606	134.961
Índice de Basileia - (PR ÷ RWA)	16,44%	16,09%
Índice de Basileia Amplo (PR - RBAN * F) ÷ RWA	16,06%	15,72%
Fator "F"	9,875%	11%

Conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução CMN nº 3.263/05 o Fator "F" vigente para o ano de 2016 é de 9,875% (11% em 2015). A Resolução ainda prevê a partir de 2017 reduções de 0,625% até 2019, quando o Fator "F" será de 8%.

(h) Divulgação das informações referentes à gestão de riscos

As informações quantitativas e qualitativas, relacionadas à gestão de riscos referente ao Pilar III de Basileia III, estão disponíveis no endereço eletrônico do Banco Cargill, www.bancocargill.com.br dentro do menu "Demonstrativos e Relatórios".

24. OUTRAS INFORMAÇÕES
(a) Recursos em trânsito de terceiros

O valor registrado de R\$ 2.961 (R\$ 54.115 em 2015) refere-se na sua totalidade a ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

(b) Benefícios a empregados

O Banco mantém para seus funcionários dois planos de previdência complementar, o primeiro para os funcionários contratados até 31 de dezembro de 2009 e o segundo para os funcionários contratados a partir de 1º de janeiro de 2010, administrados pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, com o objetivo de complementar os benefícios oferecidos pela Previdência Social (INSS). Trata-se de, respectivamente, um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, o primeiro possuindo uma parcela de benefício definido extensivo a todos os

Em milhares de reais - R\$

funcionários cobertos e uma parcela opcional de contribuição definida (os funcionários podem realizar contribuições que variam de 0,10% a 10% do salário bruto), com uma contrapartida de 100% e, o segundo, por se tratar de um plano de contribuição definida, é opcional também a participação do funcionário podendo o mesmo realizar contribuições que variam de 0,10% a 7,50% da parcela do salário que exceder a R\$ 2,5 (Dois mil e quinhentos reais) com uma contrapartida de 150%. O volume financeiro vertido para os planos durante o exercício de 2016 foi de R\$ 117 (R\$ 105 em 2015).

O Banco também oferece um plano de previdência complementar com finalidade específica administrado da mesma forma pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar. Trata-se de um plano de contribuição definida e tem como objetivo o pagamento de benefícios assistenciais no momento da aposentadoria.

(i) Superávit do plano

Plano de aposentadoria

2016	2015
1.992	1.481

(ii) Principais hipóteses atuariais

Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial

Taxa de desconto nominal

Taxa de aumento nominal do salário

Taxa estimada de inflação no longo prazo

Hipóteses usadas para determinar a despesa/receita a ser reconhecida

Taxa de desconto nominal

Taxa de aumento nominal do salário

Taxa estimada de inflação no longo prazo

Tábua de mortalidade

2016	2015
11,07%	13,04%
7,89%	8,46%
4,75%	5,30%
13,04%	12,31%
8,46%	8,97%
5,30%	5,80%
AT-2000	AT-2000

(iii) Análise de sensibilidade

Valor presente das obrigações de benefícios definidos

Taxa de desconto - 100 pontos percentuais

Taxa de desconto + 100 pontos percentuais

Taxa de redução de salário

Taxa de aumento de salário

Taxa de mortalidade futura -1

Taxa de mortalidade futura + 1

2016	2015
616.612	501.701
526.113	430.272
553.585	453.345
580.950	471.955
570.032	464.382
562.371	459.784

(c) Acordo de compensação

O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

A DIRETORIA

Marcelo Pongeluppi - Contador - CRC 1SP212314/O-4

Aos Administradores e ao Acionista do

Banco Cargill S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de janeiro de 2017



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP206103/O-4



Banco Cargill

Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240 6º andar
04711-130 - São Paulo - SP - Brasil
Morumbi Corporate – Torre Diamond
Telefone: 55 11 5099-3311
Ouvidoria: 0800 648 5050
ouvidoria@bancocargill.com.br
www.bancocargill.com.br